ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A EXPANSÃO URBANA DE FLORESTA E AS REDEFINIÇÕES DA LEI DO PRÍMETRO URBANO, ENTRE 2006 E 2025.

Julia Navas Prates (PIC/UEM), Leonardo Cassimiro Barbosa (Orientador). E-mail: ra140465@uem.br, lcbarbosa@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Maringá, PR.

Ciências Sociais aplicadas - arquitetura e urbanismo - planejamento e projeto do espaço urbano

Palavras-chave: vazio urbano; crescimento urbano; ordenamento territorial

RESUMO

O município de Floresta (PR), entre os anos de 2006 e 2025 apresentou recorrentes alterações na Lei do Perímetro Urbano, as quais, foram analisadas a partir da sua relação com a expansão territorial, considerando as transformações demográficas, legislativas e espaciais ocorridas no município. A pesquisa tem abordagem qualitativa, com base em análise documental. Seu desenvolvimento partiu do levantamento e análise comparativa das legislações municipais, de dados dos censos demográficos e de imagens de satélite do Google Earth Pro. Os resultados demonstraram que expressivo crescimento populacional e a maior interação pendular com Maringá foram acompanhados por uma expansão horizontal significativa, com o crescimento direcionado principalmente para Maringá e sudoeste, além de uma tendência de transposição da PR-317. Observou-se uma incapacidade do ordenamento territorial em disciplinar esse processo, em razão do grande número de alterações da lei do perímetro urbano. O reflexo foi a formação de vazios territoriais e ocupação descontínua, que onera o poder público e impacta na qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A expansão urbana constitui um processo de transformação territorial que envolve a incorporação de novas áreas ao tecido urbano e a atuação de diferentes agentes e interesses na produção do espaço. Quando ocorre de forma fragmentada e desvinculada da infraestrutura e do tecido consolidado, pode contribuir para a formação de vazios urbanos e para a distribuição desigual de serviços e recursos (Singer, 1982; Côrrea, 1989). Em Floresta (PR), essas questões ganham relevância diante das transformações recentes na dinâmica populacional e espacial do município e de sua inserção na Região Metropolitana de Maringá.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a expansão urbana de Floresta e as sucessivas redefinições de seu perímetro urbano entre 2006 e 2025, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal de

2006 (Floresta, 2006). A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter documental e geoespacial, combina análise da legislação municipal, dados demográficos e imagens de satélite, buscando compreender de que maneira as alterações legais se relacionam à transformação da configuração territorial do município.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, combinando análise documental e análise espacial, tendo o município de Floresta (PR) como estudo de caso. O recorte temporal compreende o período de 2006 a 2025, correspondente à vigência do Plano Diretor Municipal analisado e às sucessivas alterações da legislação do perímetro urbano. A investigação baseia-se em três conjuntos de fontes: o primeiro, corresponde a documentos institucionais e legislações municipais que definem ou alteram o perímetro urbano, obtidos junto à Câmara Municipal de Floresta e à Prefeitura Municipal de Floresta; o segundo, reúne dados demográficos provenientes dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados para contextualizar a dinâmica populacional do município ao longo do tempo; o terceiro, corresponde a dados geoespaciais obtidos por meio de imagens de satélite disponíveis na plataforma Google Earth Pro utilizada para delimitar e comparar a mancha urbana em diferentes momentos.

As imagens de satélite foram comparadas com as alterações identificadas na legislação do perímetro urbano, buscando estabelecer relações entre a expansão efetivamente observada e as modificações legais ocorridas no período. Em seguida, os dados documentais, demográficos e espaciais foram analisados em conjunto e relacionados. Essa abordagem possibilitou identificar as principais tendências de expansão territorial e sua relação com as transformações ocorridas no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 1.017/2006 estabeleceu o Plano Diretor Municipal de Floresta, legislação a qual propôs diretrizes para orientar o desenvolvimento urbano municipal, tendo entre seus princípios a função social da cidade e da propriedade, a justiça social, a sustentabilidade, a preservação ambiental e a gestão democrática. Além disso, o documento estabeleceu objetivos relacionados à otimização da infraestrutura urbana existente, à redução das desigualdades socioespaciais e à contenção do uso especulativo da terra urbana (Floresta, 2006). Entretanto, a análise das transformações ocorridas no município, após a aprovação do Plano Diretor evidencia uma dinâmica de expansão territorial contraditória em relação ao proposto.

Entre 2006 e 2025, foram identificadas 39 alterações na Lei do Perímetro Urbano, sendo que, apenas quatro anos do intervalo analisado não apresentaram revisões na legislação. Entre as alterações identificadas, algumas incorporaram áreas relativamente reduzidas, enquanto outras promoveram ampliações territoriais expressivas. O maior acréscimo ocorreu em 2015, com aproximadamente 1.655.368,41 m² incorporados ao perímetro urbano. Também se destacaram os

anos de 2012, 2008, 2022 e 2014. Portanto, a ampliação do território urbano ocorreu de forma recorrente, porém descontínua e com diferentes intensidades ao longo do período (Câmara Municipal de Floresta, s. d.). Paralelamente às alterações legislativas, foi possível notar uma intensificação do crescimento populacional, já que Floresta passou de 5.122 habitantes em 2000 para 5.931 em 2010 e alcançou 10.458 habitantes em 2022, representando um crescimento de aproximadamente 77% entre 2010 e 2022 (IPARDES, s. d.; IBGE, 2022). Esse crescimento ocorreu ao mesmo tempo em que a mancha urbana do município se expandia.

O mapeamento das alterações legislativas, apresentado na Figura 1, permite observar que a expansão territorial não aconteceu de maneira contínua ou homogênea. O crescimento ocorreu especialmente no sentido nordeste, em direção a Maringá, além de apresentar expansão significativa para o sudeste e tendência de ocupação para o outro lado da PR-317. O avanço urbano em direção à Maringá, evidencia os reflexos da forte influência da busca por serviços, trabalho e educação na cidade polo, além de reafirmar a atuação da rodovia, a qual contribuiu para tornar o deslocamento mais rápido e seguro, reforçando a conexão entre os municípios e o movimento pendular.

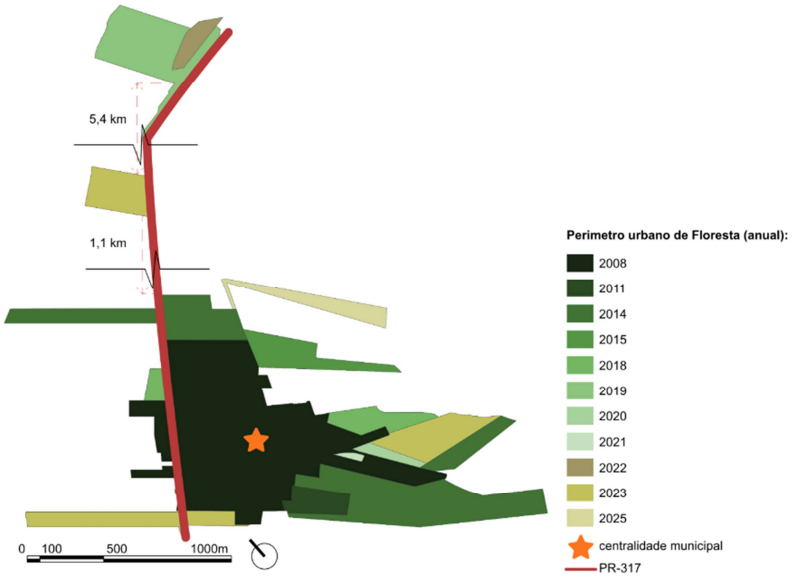


Figura 1 – Alterações na Lei do Perímetro urbano documentadas entre 2006 e 2025. Fonte: Floresta, 2006-2025 - adaptado pela autora

A configuração existente reforça a presença de vazios urbanos e de ocupações descontínuas, muitas delas estão relacionadas à produção de moradias de menor custo, por se localizar ao lado de Maringá, e consequentemente despertar o interesse pela implantação de empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS). Nesse sentido, o empreendimento Mônaco Residence, inserido na malha

urbana de Floresta em 2025, constitui um exemplo desconexo do território urbanizado identificado na pesquisa e financiado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). A expansão observada, portanto, evidencia uma relação entre crescimento populacional, alterações do perímetro urbano, valorização da terra e pressão pela incorporação de novas áreas ao tecido urbano.

CONCLUSÕES

Os resultados indicam que o crescimento populacional de Floresta foi acompanhado por uma intensificação da expansão urbana e por sucessivas alterações do perímetro urbano entre 2006 e 2025. Esse crescimento ocorreu de forma descontínua e fragmentada, principalmente em direção a Maringá e no sentido noroeste, transpondo a PR-317, evidenciando a influência do principal caminho até a cidade-polo sobre a dinâmica territorial do município e os reflexos do intenso movimento pendular. A recorrente incorporação de áreas rurais, mesmo diante da presença de vazios urbanos, também aponta para uma pressão pela valorização da terra e para a atuação da especulação imobiliária, em contraste com as diretrizes previstas no Plano Diretor de 2006.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA. **História do Município de Floresta.** [s.d]. Disponível em:<https://cmfloresta.pr.gov.br/pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214>. Acesso em: 27 de fev. 2026.

CORRÊA, R.P. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

FLORESTA, Prefeitura Municipal – alterações na lei do perímetro urbano entre 2006 e 2025. **Plano Diretor Municipal de Floresta.** Floresta, PR: Município de Floresta, 2006.

IBGE. **Panorama Censo 2022.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/panorama>. Acesso em: 28 de fev. 2026.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Tabelas - Censos Demográficos.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Tabelas-Censos-Demograficos>. Acesso em: 25 de fev. 2026.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista**. Boletim Paulista de Geografia**, n.57, dez. 1980, p.77-131.